



9.11.12
fms
C. Loures
C. Loures
J.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

FREGUESIA DE LOURES

Loures, Setembro de 2012



Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 3 |
| Âmbito e Objectivos | 6 |
| Caracterização do plano | 7 |
| Compromisso ético | 7 |
| Organograma..... | 8 |
| Identificação das áreas e actividades, dos riscos de corrupção e infracções conexas, da qualificação da frequência dos riscos, das medidas e dos responsáveis. | 9 |
| Controlo e monitorização do Plano | 19 |

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Carliofony", "Gon", "Prieto", and others.



9/14
f. 14
G
van
C. L. P. S.
}

Introdução

No dia 4 de Setembro de 2008, com a publicação da Lei n.º 54/2008, nasceu o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), cujo objeto é estipulado pelo art.º1 da lei referida *“entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, que desenvolve uma actividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas.”*, sendo as suas competências estabelecidas no art.º2 nomeadamente :

“1 — A actividade do CPC está exclusivamente orientada à prevenção da corrupção, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Recolher e organizar informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção activa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial;*
- b) Acompanhar a aplicação dos instrumentos jurídicos e das medidas administrativas adoptadas pela Administração Pública e sector público empresarial para a prevenção e combate dos factos referidos na alínea a) e avaliar a respectiva eficácia;*
- c) Dar parecer, a solicitação da Assembleia da República, do Governo ou dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, sobre a elaboração ou aprovação de instrumentos normativos, internos ou internacionais, de prevenção ou repressão dos factos referidos na alínea a).*

2 — O CPC colabora, a solicitação das entidades públicas interessadas, na adopção de medidas internas susceptíveis de prevenir a ocorrência dos factos referidos na alínea a) do n.º 1, designadamente:

- a) Na elaboração de códigos de conduta que, entre outros objectivos, facilitem aos seus órgãos e agentes a comunicação às autoridades competentes de tais factos ou situações conhecidas no desempenho das suas funções e estabeleçam o dever de participação de actividades externas, investimentos, activos ou benefícios substanciais havidos ou a haver, susceptíveis de criar conflitos de interesses no exercício das suas funções;*
- b) Na promoção de acções de formação inicial ou permanente dos respectivos agentes para a prevenção e combate daqueles factos ou situações.*

3 — O CPC coopera com os organismos internacionais em actividades orientadas aos mesmos objectivos.”



9 14
fui 5 to
Ca
Cecilia
Cecilia
J

No âmbito das suas competências, o CPC elaborou a Recomendação n.º 1/2009 a 1 de Julho de 2009 que se passa a citar:

“RECOMENDAÇÃO
sobre
Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, contendo nomeadamente, os seguintes elementos:

- a) Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infracções conexas;*
- b) Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adoptadas que previnam a sua ocorrência (por exemplo, mecanismos de controlo interno, segregação de funções, definição prévia de critérios gerais e abstractos, designadamente na concessão de benefícios públicos e no recurso a especialistas externos, nomeação de júris diferenciados para cada concurso, programação de acções de formação adequada, etc.);*
- c) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direcção do órgão dirigente máximo;*
- d) Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.”*

Esta recomendação com um prazo inicial de 90 dias, foi posteriormente prorrogada por deliberação de 21 de Outubro de 2009, até 31 de Dezembro do mesmo ano.

O actual executivo da autarquia, considera que a gestão deverá ser vocacionada para a optimização dos recursos financeiros e desenvolvimento da freguesia nas suas diversas vertentes, sociais, económicas e culturais. Na procura da eficiência de recursos, desde cedo se estabeleceu um regulamento de controlo interno e em 2011 foi contratada uma empresa de auditoria para validação da prestação de contas.

Assim e compreendendo a evolução da estrutura da autarquia e das novas recomendações do CPC, a Freguesia de Loures vem por este meio apresentar o **Plano de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infracções conexas**



14/7
Fui Site
A
[Signature]
[Signature]
J

(PPRG). Salientamos porém que este plano não tem um carácter definitivo, dado que pela nomeação de um responsável pelo acompanhamento do plano durante o próximo ano serão analisados mais especificamente os riscos de gestão, de corrupção e infracções conexas, e é expectável que sejam propostas novas medidas para o combate a esses riscos.

Será também designada a entidade responsável (interna ou externa) por elaborar relatórios de acompanhamento ao PPRG.

O PPRG apresentado pela autarquia, procura ser:

- Simples – fácil de ser percebido por todos os intervenientes
- Transversal – deverá envolver todas as áreas e todos os funcionários
- Eficiente – estabelece medidas e objectivos concretos
- Evolutivo – deverá ser revisto e avaliado todos os semestres, sendo adaptado em função da percepção de novos riscos e pela avaliação das medidas propostas.

Interessa também ter em consideração que apesar deste plano apenas ser aprovado durante o ano de 2012, o executivo desta autarquia, já o teve em consideração, pois procedeu à reformulação da norma de controlo interno, aprovou um manual de procedimentos e contratou uma empresa de auditoria para validação da sua aplicação e da conta de gerência.

A aplicação deste plano só é possível após a realização das etapas mencionadas, pelo que em 2012 o mesmo será efectivo e conducente à melhoria da transparência das contas e dos procedimentos administrativos.



14
for Sute
Q
Lm
António Loures
}

Âmbito e Objectivos

O PPRG aplica-se única e exclusivamente, de forma genérica, aos membros dos órgãos autárquicos, ao pessoal dirigente e a todos os trabalhadores e colaboradores da freguesia de Loures.

Este plano sendo o inicial, centra-se por enquanto nas áreas de contratação pública de bens e serviços, pessoal, concessão de benefícios, património, gestão financeira e arrecadação da receita. Este plano deverá ser revisto à posteriori para incorporar as análises do acompanhamento do plano e a experiência adquirida com a implementação do actual plano.

Os objectivos que o PPRG procura atingir podem-se sintetizar nos seguintes:

- i. Identificar as áreas de risco de corrupção e infracção conexas na Junta de Freguesia de Loures, no âmbito supra indicado;
- ii. Estabelecer medidas preventivas e/ou correctivas que salvaguardem a inexistência de corrupção ou outro acto análogo; e
- iii. Definir e identificar os responsáveis pela implementação e gestão do plano.



14
F. S. S.
A
L. S.
A. S.
A. S.

Caracterização do plano

Compromisso ético

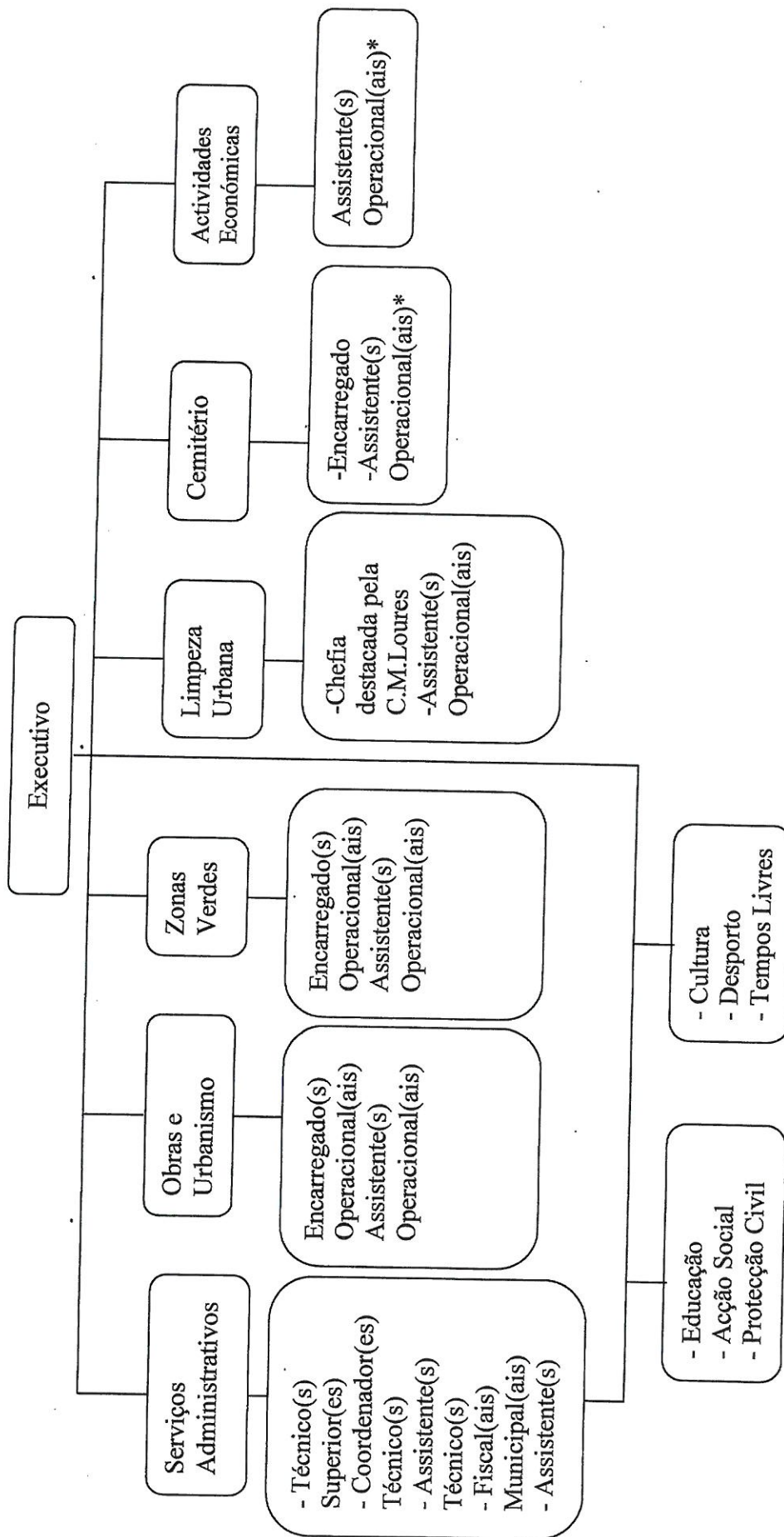
Para além das normas legais aplicáveis, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os funcionários e demais colaboradores da Junta de Freguesia, bem como no seu contacto com as populações, assentam, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, já vertido na Carta Ética da Administração Pública. A saber:

- Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir;
- Comportamento profissional;
- Consideração ética nas acções;
- Responsabilidade social;
- Não exercício de actividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções da autarquia ou criar situações de conflitos de interesses;
- Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões;
- Respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares;
- Manutenção da mais estrita isenção e objectividade;
- Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação;
- Publicitação das deliberações e das decisões dos membros dos órgãos;
- Igualdade no tratamento e não discriminação;
- Declaração de qualquer presente ou benefício que possam influenciar a imparcialidade com que exercem as suas funções.



Junta de Freguesia de Loures

Organograma da Junta de Freguesia de Loures



*Alguns dos quais destacados por parte da Câmara Municipal de Loures para a Junta de Freguesia de Loures, na sequência da celebração do Protocolo de Delegação de Competências.

Handwritten signatures and initials:
- *U. Loures*
- *Paulo Loures*
- *fin. str.*
- *9/4*



Q 14
F. S. S.
G

Cam
Antônio
J

Identificação das áreas e actividades, dos riscos de gestão, de corrupção e infracções conexas, da qualificação da frequência dos riscos, das medidas e dos responsáveis.

Apresentam-se nos quadros seguintes, por cada sector/ actividade da autarquia, os principais riscos de gestão, de corrupção e infracções conexas, porém a qualificação da frequência dos riscos, só poderá ser exacta após o primeiro relatório de acompanhamento, a ser efectuado por uma empresa externa de auditoria.

Face aos riscos apresentados, são propostas medidas para os evitar e que são consistentes com a norma de controlo interno.

A responsabilidade pela execução das medidas é numa primeira fase apontada ao responsável do sector.

Salienta-se que dado já se ter procedido recentemente à revisão da norma de controlo interno e elaboração do respectivo manual de procedimentos, será contratada uma empresa de auditoria para validação da sua aplicação e aferição de eventuais riscos que este manual não contemple.

Plano Inicial de Prevenção de Riscos de Gestão, de Corrupção e de Infrações Conexas



| Sector / fase | Riscos Identificados | Frequência do Risco: (Muito Frequente, Pouco Frequente, Inexistente) | Medidas Propostas |
|---------------|---|--|---|
| Receita | Agente cobrador do mercado não entregar toda a receita cobrada | pouco frequente | Elaboração de relatório de acompanhamento ao manual de procedimentos da área e contratação de uma empresa de auditoria para acompanhamento do mesmo e realização de relatório sobre eventuais riscos de corrupção |
| | Agente cobrador do mercado não cobrar toda a receita | pouco frequente | |
| | Receita da autarquia não ser liquidada aos devedores (publicidade e outras) | pouco frequente | |
| | Receita ser entregue à tesouraria muito tempo após a sua cobrança | pouco frequente | |
| | Taxas da freguesia não respeitarem o normativo legislativo em vigor | pouco frequente | |

Plano inicial de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infrações conexas



| Sector / fase | Riscos identificados | Frequência do Risco: (Muito Frequente, Pouco Frequente, Inexistente) | Medidas Propostas |
|---------------|--|--|--|
| Pessoal | Recrutamento: Favorecimento do candidato, abuso de poder, corrupção passiva para acto ilícito, tráfico de influência, intervenção em processo de impedimento | pouco frequente | Nomeação de jurts diferenciados para cada concurso, recurso preferencial a pelo menos um membro do júri e/ou especialista externo à Unidade Orgânica, Criação de um manual e procedimentos |
| | Processamento de salários: Pagamentos Indevidos | pouco frequente | Criação de manual de procedimentos e criação de procedimentos de check list, Verificação por amostragem pelo Auditor interno à documentação e cálculos. |
| | Processamento de salários: Análise de justificações de faltas indevida | pouco frequente | |
| | Análise indevida dos requisitos para os requerimentos de licenças sem vencimentos | pouco frequente | |
| | Análise indevida de requerimentos para acumulação de funções | pouco frequente | |
| | Atribuição indevida de dias de férias | pouco frequente | |
| | Deslocação em serviço público sem prévia autorização | pouco frequente | |

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Plano inicial de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infrações conexas



| Sector / fase | Riscos Identificados | Frequência do Risco: (Muito Frequente, Pouco Frequente, Inexistente) | Medidas Propostas |
|----------------------------------|---|---|---|
| Concessão de benefícios públicos | Inexistência de instrumento, geral e abstracto, que estabeleça as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.); | muito frequente | <p>Aprovação de regulamento relativo à concessão de benefícios, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição; Publicitação do regulamento, nomeadamente no sítio da Junta de Freguesia na internet;</p> <p>Verificação de que o beneficiário cumpre todas as normas legais aplicáveis;</p> <p>Uniformização e consolidação relativo a todas as entidades beneficiárias;</p> <p>Controlo dos subsídios atribuídos e definição de consequências para o não cumprimento do beneficiário</p> <p>Contratação de uma empresa de auditoria para acompanhamento do mesmo e realização de relatório sobre eventuais riscos de corrupção.</p> |
| | Atribuição de subsídio por órgão singular; | muito frequente | |
| | Inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de benefícios | muito frequente | |
| | Existência de situações indiciadoras de conluio entre os intervenientes no processo; | pouco frequente | |
| | Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário | pouco frequente | |
| | Inexistência de um processo, cronologicamente organizado, que identifique os intervenientes que nele praticaram actos; | muito frequente | |

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Fátima', 'Carmo', and 'Paulo'.

Plano inicial de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infrações conexas



| | |
|---|-----------------|
| Existência de situações em que os beneficiários não juntam todos os documentos necessários à instrução do processo; | pouco frequente |
| Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício; | pouco frequente |
| Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias; | pouco frequente |
| Não apresentação, por parte dos beneficiários, de instrumento que garanta a aplicação regular do benefício (contrato, protocolo, pedido devidamente justificativo, etc.); | pouco frequente |

Página 13 de 19

[Handwritten signatures and initials]

Plano inicial de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infrações conexas



| Sector / fase | Riscos identificados | Frequência do Risco: (Muito Frequente, Pouco Frequente, Inexistente) | Medidas Propostas |
|---------------|--|--|---|
| Património | Bem abatido continuar nos serviços, Abates sem autorização, abates sem autorização do órgão competente, Utilização indevida para fins privados dos bens, proposta indevida de envio de bens para abate | pouco frequente | Elaboração pela empresa externa de auditoria de um relatório pormenorizado, sobre os bens da freguesia e contratação de uma empresa de auditoria para validação da norma de controlo interno e avaliação de eventuais riscos de corrupção |
| | Equipamento não etiquetado, não inventariado ou desactualizado, Apropriação ou utilização indevida de bens público, designadamente para fins privados. Transferencia ou cedencia de bens sem devida autorização. | pouco frequente | |

Carla
António
Luís
47

Plano inicial de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infrações conexas



| Sector / fase | Riscos Identificados | Frequência do Risco: <i>(Muito Freqüente, Pouco Freqüente, Inexistente)</i> | Medidas Propostas |
|---|--|---|--|
| Financeiro | Realização e pagamento de trabalhos a mais antes da respectiva despesa ter sido devidamente autorizada | pouco frequente | Acompanhamento ao manual de procedimentos da área e contratação de uma empresa de auditoria para acompanhamento do mesmo e sobre eventuais riscos de corrupção |
| | Pagamento de despesas após decisão de recusa do visto; | pouco frequente | |
| | Pagamento de revisões de preços nas empreitadas sem que a respectiva despesa seja autorizada previamente pela entidade com competência para o efeito | | |
| | Pagamentos dos honorários a projectistas relativamente a situações não previstas contratualmente; | pouco frequente | |
| | Assunção de despesas sem prévio cabimento na respectiva dotação orçamental; | pouco frequente | |
| | Regularizações de existências que conduzem a perdas extraordinárias por divergências verificadas entre os registos contabilísticos e as contagens físicas; | | |
| | Deficiente controlo interno na área do aprovisionamento quanto à execução dos concursos, gestão de stocks, recepção e armazenagem de bens e produtos | pouco frequente | |
| | Impossibilidade de controlo sobre a execução orçamental por deficiência das aplicações informáticas | | |
| | Erros processuais em actividades que saem fora do âmbito normal do controlo interno | pouco frequente | |
| | Junta | pouco frequente | |
| | Erros de soma e de transposição de saldos nos mapas de prestação de contas | pouco frequente | |
| | Omissões na prestação de contas do movimento de operações de tesouraria | pouco frequente | |
| | Deficiente controlo dos compromissos assumidos e das dotações orçamentais disponíveis; | | |
| | Erros processuais em actividades que saem fora do âmbito normal do controlo interno | pouco frequente | |
| | Deficiente controlo dos compromissos assumidos e das dotações orçamentais disponíveis | pouco frequente | |
| Não inscrição de receitas provenientes de juros das instituições de crédito | pouco frequente | | |
| Despesas objecto de inadequada classificação económica | pouco frequente | | |
| Pagamento a fornecedores efectuado de forma descricionária | pouco frequente | | |

Página *1*
Enrique
Enrique

Plano inicial de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infrações conexas



| Sector / fase | Riscos Identificados | Frequência do Risco: (Muito Frequente, Pouco Frequente, Inexistente) | Medidas Propostas |
|--|--|---|---|
| Contratação de bens e serviços: Planeamento da Contratação | Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades; | pouco frequente | elaboração de relatório de acompanhamento ao manual de procedimentos da área e contratação de uma empresa de auditoria para acompanhamento do mesmo e realização de relatório sobre eventuais riscos de corrupção |
| | Planeamento deficiente dos procedimentos, obstando a que sejam assegurados prazos | pouco frequente | |
| | Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo, nas diversas fases; | pouco frequente | |
| | Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para efeitos de elaboração dos projectos | pouco frequente | |
| Contratação de bens e serviços: Procedimentos pré-contratuais | Inexistência de cabimentação prévia da despesa. | pouco frequente | elaboração de relatório de acompanhamento ao manual de procedimentos da área e contratação de uma empresa de auditoria para acompanhamento do mesmo e realização de relatório sobre eventuais riscos de corrupção |
| | Seleção e contratação dos especialistas externos por ajuste directo | pouco frequente | |
| | Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais | pouco frequente | |
| | Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste directo, quando baseado em critérios materiais | pouco frequente | |
| | Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objecto do contrato a celebrar. | pouco frequente | |
| | Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais; | pouco frequente | |
| | Carácter subjectivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis; | pouco frequente | |
| | Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos factores eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis; | pouco frequente | |
| | Controlo deficiente dos prazos; | pouco frequente | |
| | Admissão nos procedimentos de entidades com impedimentos; | pouco frequente | |

Plano inicial de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infrações conexas



| Sector / fase | Riscos Identificados | Frequência do Risco: (Muito Frequente, Pouco Frequente, Inexistente) | Medidas Propostas |
|--|--|---|---|
| Contratação de bens e serviços: Celebração e execução do contrato | Não audição dos concorrentes sobre o relatório preliminar/decisão de adjudicação | pouco frequente | elaboração de relatório de acompanhamento ao manual de procedimentos da área e contratação de uma empresa de auditoria para acompanhamento do mesmo e realização de relatório sobre eventuais riscos de corrupção |
| | Inexistência de declaração, nos casos em que a negociação/redacção dos contratos é confiada a gabinetes externos especializados, em que estes comprovem que não têm quaisquer relações profissionais com as entidades adjudicatárias ou empresas do mesmo consórcio ou grupo económico | pouco frequente | |
| | Inexistência de correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças do respectivo concurso | pouco frequente | |
| | Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado | pouco frequente | |
| Contratação de bens e serviços: Celebração e execução do contrato | Não verificação ou verificação deficiente das cláusulas contratuais que prevejam ou regulem os suprimentos dos erros e omissões | pouco frequente | elaboração de relatório de acompanhamento ao manual de procedimentos da área e contratação de uma empresa de auditoria para acompanhamento do mesmo e realização de relatório sobre eventuais riscos de corrupção |
| | Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos; | pouco frequente | |
| | Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários a conclusão da obra; | pouco frequente | |

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "14" and "15" with initials.
 - Middle right: "C. S. L." with initials.
 - Bottom right: "C. S. L." with initials and a signature.

Plano inicial de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e de infracções conexas



| Sector / fase | Riscos Identificados | Frequência do Risco: (Muito Frequente, Pouco Frequente, Inexistente) | Medidas Propostas |
|--|--|---|---|
| Contratação de bens e serviços: Celebração e execução do contrato | Fundamentação insuficiente ou incorrecta, no caso das aquisições de serviços, de que os "serviços a mais" resultam de uma "circunstância imprevista"; | pouco frequente | elaboração de relatório de acompanhamento ao manual de procedimentos da área e contratação de uma empresa de auditoria para acompanhamento do mesmo e realização de relatório sobre eventuais riscos de corrupção |
| | Fundamentação insuficiente ou incorrecta, no caso das aquisições de serviços, de que os "serviços a mais" não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconvenientes graves para a entidade adjudicante, ou ainda que sejam separáveis são necessários à conclusão do objecto contratual | pouco frequente | |
| | Inexistência de controlo relativamente à execução do contrato de aquisições de bens tendo-se em conta que o prazo de vigência acrescido de eventuais prorrogações não ultrapassa o limite legal estabelecido; | pouco frequente | |
| | Não verificação da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores | pouco frequente | |
| | Não acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato | pouco frequente | |
| | Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos; | pouco frequente | |
| | Inexistência de advertências logo que são detectadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos; | pouco frequente | |
| | Inexistência de inspecção ou de acto que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento | pouco frequente | |
| | Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos | pouco frequente | |
| | Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos funcionários; | pouco frequente | |
| Contratação de bens e serviços: Outras questões | Existência de favoritismo injustificado; | pouco frequente | |
| | Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades. | pouco frequente | |

[Handwritten signatures and initials]



14
isto
fui
com
Carli
J

Controlo e monitorização do Plano

Cada uma das medidas propostas e aquelas que venham a ser acrescentadas, será no final de cada ano avaliada, no sentido de se perceber qual o seu grau de implementação e aferição de eventuais ajustamentos que sejam necessários.

Será apresentado um relatório à Junta de Freguesia com as principais conclusões e se necessário será revista a norma de regulamento interno e manual de procedimentos, face às recomendações no relatório de acompanhamento.

No final do ano poderá ser elaborado um PPRG revisto com as novas medidas sugeridas e com um cronograma definido para a sua implementação. Face à realização da auditoria externa, no próximo ano, já será possível qualificar os tipos de riscos e eventualmente apurar alguns que sejam omissos.

O responsável pela implementação de todas estas medidas será o responsável de cada sector.